



Região Administrativa Especial de Macau

Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia

## **Plano de Financiamento para Investigação e Desenvolvimento Inovadores de Empresa (Ano 2026)**

### **I. Objectivo**

Para se articular com a acção governativa do Governo da *Região Administrativa Especial de Macau (RAEM)*, nos termos das disposições relacionadas do Regime de apoio financeiro público da Região Administrativa Especial de Macau, dos *Estatutos do Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia* e do *Regulamento de Apoio Financeiro do Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia*, o Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia de Macau (doravante denominado FDCT) lançou o Plano de *Financiamento para Investigação e Desenvolvimento Inovadores de Empresa* (doravante denominado Plano), através do estabelecimento das categorias de apoio financeiro a vários níveis, para apoiar as empresas tecnológicas em diferentes fases de desenvolvimento a iniciarem vários tipos de investigação tecnológica, incentivar a cooperação indústria-universidade-investigação, promover a transformação dos resultados da investigação científica aplicada, transformar com prioridade os resultados de investigação científica com condições mais maduras, a fim de aumentar a contribuição dos resultados de inovação científica e tecnológica para o desenvolvimento social e económico de Macau.

### **II. Categorias de candidatura e montante máximo requerido:**

1. Categoria de bolsas de contacto: apoiar projectos de I&D realizados através de uma correspondência bem sucedida com instituições de ensino superior através da “Plataforma Online de Bolsas de Contacto da Indústria-Universidade-Investigação” do FDCT. O montante de apoio financeiro requerido no âmbito desta categoria não pode exceder 250 mil de patacas, ou 500 mil patacas se o fornecedor de tecnologia for uma instituição de ensino superior local.
2. Categoria de empresas não certificadas: apoiar projectos de I&D realizados pelas empresas que ainda não foram certificadas pelo *Programa de Certificação de Empresas Tecnológicas* da Direcção dos Serviços de Economia e Desenvolvimento Tecnológico ou ainda não foram reconhecidas pela “Comissão de Avaliação de Empresas de Actividades de Inovação Científica e Tecnológica” como “empresas envolvidas em actividades de inovação científica e tecnológica”, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 1/2021 - Regime de Benefícios Fiscais para as Empresas que Exerçam Actividades de Inovação Científica e Tecnológica. O montante da subvenção concedida a esta categoria não pode exceder 1 milhão de patacas. O montante de apoio financeiro requerido no âmbito desta categoria não pode exceder 1 milhão de patacas.
3. Categoria de empresas tecnológicas potenciais ou em crescimento: apoiar projectos de I&D realizados pelas “empresas tecnológicas potenciais” ou “empresas tecnológicas em crescimento” certificadas pelo *Programa de Certificação de Empresas Tecnológicas* da Direcção dos Serviços de Economia e Desenvolvimento Tecnológico, ou pelas empresas reconhecidas como “empresas envolvidas em actividades de inovação científica e



## Região Administrativa Especial de Macau

### Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia

tecnológica” pela “Comissão de Avaliação de Empresas de Actividades de Inovação Científica e Tecnológica”, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 1/2021 - Regime de Benefícios Fiscais para as Empresas que Exerçam Actividades de Inovação Científica e Tecnológica. O montante de apoio financeiro requerido no âmbito desta categoria não pode exceder 3 milhões de patacas.

4. Categoria de empresas tecnológicas de referência: apoiar projectos de I&D realizados por “empresas tecnológicas de referência” certificadas pelo *Programa de Certificação de Empresas Tecnológicas* da Direcção dos Serviços de Economia e Desenvolvimento Tecnológico. O montante do financiamento solicitado no âmbito desta categoria não excederá 5 milhões de patacas. 5.. O montante de apoio financeiro requerido no âmbito desta categoria não pode exceder 5 milhões de patacas.
5. Categoria de projectos-chave de I&D: apoiar projectos de I&D orientados para as necessidades do desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau e realizados por empresas tecnológicas locais combinando os pontos fortes da investigação interdisciplinar e da indústria-universidade-investigação, transformando com prioridade os resultados de investigação científica com condições mais maduras. O montante de apoio financeiro requerido no âmbito desta categoria não pode exceder 20 milhões de patacas.

### III. Destinatários de apoio financeiro

Empresários ou empresas comerciais registados na Região Administrativa Especial de Macau.

### IV. Requisitos de candidatura

1. A candidatura deve ser apresentada por entidade com personalidade jurídica que cumpra as condições indicadas no número anterior. Se a entidade referida no número anterior não tiver personalidade jurídica, deve candidatar-se através da entidade que tenha personalidade jurídica a que pertence.
2. O candidato não está em dívida por impostos à RAEM ou por eventuais contribuições para a segurança social.
3. Para as categorias de bolsas de contacto ou de empresas não certificadas, o candidato deve cumprir os seguintes critérios:
  - (1) Registado na Região Administrativa Especial de Macau há pelo menos um ano. Se a empresa for actualmente uma incubada de um espaço de trabalho colaborativo de nível nacional em Macau, o período de registo pode ser inferior a um ano.
  - (2) No mínimo três funcionários a tempo integral. Se a empresa for actualmente uma incubada de um espaço de trabalho colaborativo de nível nacional em Macau, o número de funcionários a tempo integral pode ser inferior a três..
4. Para as categorias de empresas tecnológicas potenciais ou em crescimento, o candidato deve cumprir os seguintes critérios:



## Região Administrativa Especial de Macau

### Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia

- (1) Seja uma “empresa tecnológica potencial” ou “empresa tecnológica em crescimento” certificada pelo *Programa de Certificação de Empresas Tecnológicas* da Direcção dos Serviços de Economia e Desenvolvimento Tecnológico.
- (2) Seja uma empresa reconhecida como “empresa envolvida em actividades de inovação científica e tecnológica” pela “Comissão de Avaliação de Empresas de Actividades de Inovação Científica e Tecnológica”, nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 1/2021 - Regime de Benefícios Fiscais para as Empresas que Exerçam Actividades de Inovação Científica e Tecnológica.
5. Para a categoria de empresas tecnológicas de referência, o candidato deve ser uma “empresa tecnológica de referência” certificada pelo *Programa de Certificação de Empresas Tecnológicas* da Direcção dos Serviços de Economia e Desenvolvimento Tecnológico.
6. Para a categoria de projectos-chave de I&D, a elegibilidade para a candidatura é definida pelo Guia de candidatura.

#### V. Condições de candidatura

1. Cada projecto de investigação deve ter uma pessoa responsável de projecto responsável pela liderança e coordenação (doravante denominada “pessoa responsável de projecto”).
2. O nível de maturidade esperado no encerramento do projecto deve atingir ao nível especificado no artigo 20.º do Plano.
3. Para a categoria de bolsas de contacto, os projectos a que se candidatam devem ser projectos de I&D realizados através de uma correspondência bem sucedida com instituições de ensino superior através da “Plataforma Online de Bolsas de Contacto da Indústria-Universidade-Investigação” do FDCT.
4. Para a categoria de projectos-chave de I&D, as condições de candidatura são estipuladas pelos guias de candidatura.

#### VI. Guia de candidatura

Para a categoria de projectos-chave de I&D, o Conselho de Administração do FDCT organiza anualmente, de acordo com o objectivo de integração na situação global do desenvolvimento científico e tecnológico nacional ou de promoção do desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau, em termos de áreas técnicas, objectivos de investigação, direcções de investigação, requisitos de candidatura, indicadores de avaliação, períodos de apoio financeiro e requisitos de investimentos complementares, etc.

#### VII. Prazo de candidatura

**Categoria de Bolsas de Contacto:** Janeiro, Abril, Julho e 1 a 10 de Outubro de 2026.

**Categorias de Empresas não Certificadas, Empresas Tecnológicas Potenciais ou em Crescimento, Empresas Tecnológicas de Referência, Empresas de Ciência e Tecnologia Prioritárias:**

- 1.ª fase de candidatura: 9 de Janeiro a 9 de Fevereiro de 2026 .
- 2.ª fase de candidatura: 1 a 31 de Julho de 2026 .



Região Administrativa Especial de Macau

Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia

### **Categoria de Projectos-chave de I&D:**

Período de candidatura: 15 de Maio a 15 de Junho de 2026  
(provisório)\*.

\* A data de candidatura será determinada de acordo com o plano de trabalho anual e está sujeita a publicação na página electrónica do FDCT.

### **VIII. Tipo e âmbito de apoio financeiro**

1. Tipos de Apoio Financeiro: Verbas concedidas para projectos.
2. Âmbito de apoio financeiro: O projecto candidato deve estar em conformidade com o objectivo do FDCT e o objectivo do Programa.

### **IX. Apoio prioritário:**

1. Será dada prioridade ao apoio à cooperação com universidades de Macau ou empresas de Hengqin.
2. Será dada prioridade ao apoio aos projectos de investigação científica desenvolvidos em torno das políticas do Plano de Desenvolvimento da Diversificação Adequada da Economia da *Região Administrativa Especial de Macau (2024-2028)*, do *Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2026*, bem como dos planos e programas relevantes da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, especialmente para os projectos que possam promover a investigação científica e o desenvolvimento industrial nos domínios da medicina tradicional chinesa, circuitos integrados, componentes electrónicos, Internet das Coisas, Big Data, inteligência artificial, novas energias, ciências espaciais, materiais avançados e biomedicina.

### **X. Investigação em colaboração e investimento complementar**

1. Os projectos no âmbito do Plano são incentivados a realizar investigação em cooperação indústria-universidade-investigação.
2. Para a categoria de bolsas de contacto, o candidato deve contribuir com fundos de I&D num montante não inferior ao montante do apoio financeiro concedido pelo FDCT. Se o candidato for actualmente uma incubada de um espaço de trabalho colaborativo de nível nacional em Macau, o investimento complementar correspondente não deve ser inferior a 50% do montante do apoio financeiro concedido pelo FDCT.
3. Para as categorias de empresas não certificadas, de empresas tecnológicas potenciais ou em crescimento e para a categoria de empresas tecnológicas de referência, o candidato deve contribuir com fundos de I&D num montante não inferior ao montante do apoio financeiro concedido pelo FDCT.
4. Para a categoria de projectos-chave de I&D, o candidato deve contribuir com fundos de I&D num montante em conformidade com os requisitos específicos nos guias de candidatura.
5. Os investimentos complementares devem cumprir os requisitos do artigo 11.º do Plano.



**Região Administrativa Especial de Macau**

**Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia**

**XI. Despesas elegíveis**

1. As despesas elegíveis incluem as seguintes decorrentes da execução do projecto:
  - (1) Despesas com pessoal.
  - (2) Despesas relativas à obtenção, por qualquer título, de novos instrumentos e equipamentos.
  - (3) Despesas com materiais consumíveis, reagentes, manutenção de equipamentos.
  - (4) Despesas com os custos directos de pedidos de patentes.
  - (5) Outras despesas derivadas.
2. As outras despesas derivadas no n.º 5 anterior não incluem as seguintes:
  - (1) Despesas de constituição da entidade beneficiária.
  - (2) Consumo de electricidade, água, telefone e outras similares.
  - (3) Despesas de representação.
  - (4) Despesas de auditoria.
  - (5) Aquisição de veículos, excepto para uso experimental.
  - (6) Construção, aquisição e amortização de imóveis.
  - (7) Outras despesas não elegíveis especificadas nas *Orientações Gerais sobre a Gestão de Projectos do Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia*, na decisão de concessão e no termo da Declaração de Consentimento do Apoio Financeiro.

**XII. Processo de candidatura**

O processo de candidatura deve conter os seguintes elementos:

1. Identificação do candidato e respectivos documentos de suporte.
2. Certidão de Registo Comercial emitida nos últimos 3 meses.
3. Cópia da Declaração do Imposto Complementar de Rendimentos (M1) do último ano.
4. Comprovativos de que não está em dívida por impostos à RAEM ou por eventuais contribuições para a segurança social emitidos nos últimos 3 meses.
5. Indicação de outros projectos do mesmo candidato que tenham sido apoiados com fundos públicos e outras candidaturas apresentadas para esse efeito pendentes de decisão.
6. Identificação e currículos do principal responsável e da equipa do projecto, com indicação dos tempos de afectação à execução.
7. Plano de candidatura que contenha uma descrição detalhada do projecto, e o plano de candidatura deve indicar, em detalhes, o montante do orçamento do projecto.
8. Declaração de responsabilidade sobre o projecto.
9. Acordo de cooperação, memorando de entendimento ou carta de intenção assinado com os eventuais colaboradores.
10. Outras eventuais informações que devam ser apresentadas nos guias de candidatura.

**XIII. Apresentação da candidatura**



**Região Administrativa Especial de Macau**

**Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia**

1. Os candidatos devem preencher o formulário de candidatura, numa das línguas oficiais da RAEM ou em inglês.
2. Os candidatos que já tenham solicitado a assinatura electrónica devem apresentar, até à data limite, os documentos de candidatura através do sistema online de candidatura do FDCT.
3. Os candidatos que não tenham solicitado a assinatura electrónica, para além de apresentarem os documentos de candidatura através do sistema online de candidatura do FDCT, devem também enviá-lo, devidamente assinados e carimbados, ao FDCT até à data limite.

**XIV. Análise preliminar**

1. O FDCT procederá à análise preliminar após o vencimento do prazo de candidatura, de forma a verificar se o mesmo está completamente instruído com os documentos referidos no presente plano e verifica a elegibilidade das candidaturas.
2. Se os documentos exigidos para a candidatura não estiverem completos, o FDCT solicitará ao candidato a apresentação das informações adicionais no prazo de 15 dias, se necessário.
3. As candidaturas não serão aceites para avaliação que se encontrem em uma das circunstâncias e serão rejeitadas pelo FDCT e notificadas por correspondência:
  - (1) O candidato não cumpre os requisitos do artigo 4.º do Plano.
  - (2) O candidato conste da lista de candidatos que tenham reembolso atrasado devido ao FDCT em fase de cobrança coerciva.
  - (3) O candidato é devedor do cofre do Tesouro da RAEM.
  - (4) As condições de candidatura não cumprem os requisitos do artigo 5.º do Plano.
  - (5) O número de projectos em curso realizados pela pessoa responsável do projecto excede o limite máximo estipulado pelo FDCT no Regulamento para a Realização de Projectos de Investigação do FDCT pela Pessoa Responsável do Projecto.
  - (6) A pessoa responsável do projecto encontra-se numa situação em que não pode apresentar uma nova candidatura a apoio financeiro;
  - (7) São apresentadas simultaneamente várias candidaturas a apoio financeiro para o mesmo projecto ou o mesmo projecto já foi subsidiado anteriormente pelo FDCT.
  - (8) O eventual investimento complementar não cumpre os requisitos do artigo 10.º do Programa.
  - (9) O processo de candidatura não cumpre os requisitos do artigo 12.º do Programa.
  - (10) Não suprir as deficiências/apresentar as informações relevantes da candidatura fora do prazo após recebida notificação.
  - (11) A violação das disposições de leis e regulamentos vigentes ou a impossibilidade de garantir a segurança, direitos e interesses legítimos dos participantes.





**Região Administrativa Especial de Macau**

**Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia**

**XV. Forma de avaliação e critérios**

1. Antes de aceitar as candidaturas, o Conselho de Administração do FDCT deve convidar cinco a sete consultores da lista de consultores de projectos a formar uma Comissão de Consultadoria de Projecto.
2. Os processos de candidatura submetidos ao processo de avaliação serão apresentados à Comissão de Consultadoria de Projectos para avaliação de acordo com os elementos de avaliação e critérios definidos no número seguinte.
3. Elementos de avaliação e critérios:
  - (1) Avaliação da tecnologia e dos resultados.
  - (2) Qualificações do candidato.
  - (3) Programa de planeamento do projecto.
1. O Conselho de Administração do FDCT pode desenvolver critérios de avaliação específicos com base nos elementos de avaliação acima referidos.
2. O Conselho de Administração do FDCT pode convidar especialistas para proceder a uma avaliação para as candidaturas ao apoio financeiro designadas ou de maior complexidade.
3. O FDCT pode, conforme as necessidades, efectuar visitas *in loco* às condições de investigação do candidato e entrevistar a equipa de projecto e os eventuais colaboradores.

**XVI. Concessão do apoio financeiro**

1. As candidaturas de valor igual ou inferior a um milhão de patacas são determinadas pelo Conselho de Administração do FDCT, tendo em consideração a análise do processo de candidatura e das opiniões de avaliação.
2. As candidaturas de valor superior a um milhão de patacas são determinadas pela entidade tutelar do FDCT, tendo em consideração a avaliação dos processos de candidaturas e as opiniões de avaliação dos especialistas.
3. O beneficiário terá de assinar o termo de aceitação do apoio financeiro, anexo à correspondência de concessão, dentro de um determinado período de tempo, declarando que tem conhecimento e cumprirá a decisão de concessão de apoio financeiro, tal como indicado no documento de concessão.
4. As verbas de apoio financeiro serão atribuídas em prestações faseadas de acordo com o termo de aceitação do apoio financeiro.

**XVII. Mecanismo de Devolução de Rendimentos da Transformação de Resultados**

1. Caso sejam obtidos rendimentos económicos quantificáveis a partir da aplicação e transformação de resultados directos ou derivados gerados com o apoio do presente plano, o beneficiário deve devolver uma percentagem dos rendimentos a uma entidade designada pelo Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia, de acordo com a Declaração de Consentimento do Apoio Financeiro
2. Para as empresas incubadas com base em resultados apoiados através do presente plano, quando cumpridas as condições de transformação de direitos constam na Declaração de Consentimento do Apoio Financeiro, os fundos do apoio financeiro do Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia podem ser convertidos em direitos (tais como: quotas, opções de



**Região Administrativa Especial de Macau**

**Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia**

subscrição de acções, numerário ou outros) da entidade designada pelo Fundo sobre a referida empresa, devendo esta celebrar um acordo com a mencionada entidade designada.

**XVIII. Montante de apoio financeiro e forma de cálculo**

1. O montante máximo de apoio financeiro para um projecto individual em cada categoria é definido no artigo 2.º do Programa.
2. O montante de apoio financeiro concedido pelo FDCT não pode ser superior ao montante requerido.

**XIX. Duração do apoio financeiro**

1. Categoria de bolsas de contacto: a duração do apoio financeiro não ultrapassa 1 ano.
2. Categorias de empresas não certificadas, de empresas tecnológicas potenciais ou em crescimento e de empresas tecnológicas de referência: a duração do apoio financeiro não ultrapassa três anos.
3. Categoria de projectos-chave de I&D: a duração do apoio financeiro não ultrapassa cinco anos, tal como especificado nos guias de candidatura relevantes.

**XX. Requisitos dos resultados produzidos**

1. Os resultados esperados devem conter software, hardware (arquétipo, protótipo), norma técnica, formulação, novo material, novo processo, etc., bem como indicar os benefícios económicos ou sociais gerados pela implementação do projecto.
2. Ao encerrar o projecto, os níveis de maturidade de tecnologia devem atingir os seguintes níveis:
  - (1) Categoria de bolsas de contacto: nível 5 ou superior.
  - (2) Categoria de empresas não certificadas: nível 5 ou superior.
  - (3) Categoria de empresas tecnológicas potenciais ou em crescimento: nível 5 ou superior.
  - (4) Categoria de empresas tecnológicas de referência: nível 6 ou superior.
  - (5) Categoria de projectos-chave de I&D: Nível exigido nos guias de candidatura.
3. Categoria de projectos-chave de I&D: Os requisitos para os resultados esperados da investigação são definidos nos guias de candidatura.

**XXI. Relatórios e relatório de procedimentos acordados**

1. A entidade beneficiária deve apresentar o relatório anual do progresso de execução de investigação do projecto, bem como o relatório final para efeitos de avaliação intercalar e final do FDCT.
2. Os relatórios indicados no número anterior devem ser compostos por duas partes, incluindo a execução material e seus resultados, bem como a execução financeira.
3. Na parte referente à execução material e seus resultados, o beneficiário tem de descrever de forma detalhada a execução dos trabalhos efectuados no





## **Região Administrativa Especial de Macau**

### **Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia**

período em causa, bem como os resultados alcançados, de acordo com a programação e calendarização aprovadas.

4. Na parte referente à execução financeira, o beneficiário tem de especificar, de forma detalhada, a utilização das verbas de apoio financeiro, designadamente todas as receitas e despesas, devendo igualmente conservar, por um prazo mínimo de cinco anos, todos os documentos comprovativos originais das despesas e receitas relativas ao apoio financeiro concedido.
5. A entidade beneficiária deve apresentar o relatório anual dentro do prazo estabelecido na correspondência de concessão.
6. O beneficiário deve apresentar o relatório final no prazo de 90 dias a contar do dia seguinte ao da conclusão do projecto e um relatório de procedimentos acordados, se necessário.
7. Quando o beneficiário recebe o apoio financeiro, em montante acumulado igual ou superior a um milhão de patacas no ano do Plano, deve contratar contabilistas habilitados ou sociedades de contabilistas habilitados, contabilistas que podem prestar serviços de contabilidade, fiscalidade e empresas de contabilidade que podem prestar serviços de contabilidade, fiscalidade para executar os procedimentos acordados e elaborar o relatório de procedimentos acordados. Se, por causa de força maior ou outros motivos reconhecidos pelo Conselho de Administração do FDCT como não imputáveis ao beneficiário, não for possível apresentar o relatório no prazo previsto, deve este facto ser comunicado pelo beneficiário ao FDCT no prazo de sete dias úteis a contar da data da sua ocorrência.
8. Na situação referida no número anterior, a contagem do prazo da apresentação do relatório suspende-se no dia da ocorrência do facto relevante, sendo retomada no dia seguinte ao da extinção do facto, desde que seja autorizado pelo Conselho de Administração.

## **XXII. Deveres dos Beneficiários**

Os beneficiários devem cumprir os deveres seguintes:

1. Prestar informações e declarações verdadeiras.
2. Fazer solicitação com antecedência ao FDCT em caso de qualquer alteração no financiamento concedido, com excepção das circunstâncias definidas pela decisão de concessão ou pelo termo de aceitação.
3. Assegurar que as verbas de apoio financeiro sejam aplicadas para as finalidades determinadas pela decisão de concessão.
4. Planear e organizar, de forma prudente e razoável, as despesas financiadas.
5. Apresentar tempestivamente os relatórios.
6. Devolver tempestivamente as verbas de apoio financeiro não utilizadas para as finalidades determinadas.
7. Contar devidamente as despesas geradas na implementação dos projectos financiados, e criar uma conta específica destinada a registar as despesas relevantes.
8. Aceitar e articular-se com a fiscalização realizada pelo FDCT em relação ao aproveitamento das verbas de apoio financeiro, incluindo a verificação das respectivas receitas e situação financeira.
9. Devolver as verbas de apoio financeiro conforme o artigo 26º do Plano.



**Região Administrativa Especial de Macau**

**Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia**

10. Cumprir os regulamentos da lei sobre a protecção da propriedade intelectual.
11. Garantir que o conteúdo do projecto candidato e o procedimento de execução não violam as disposições legais, nem infringe quaisquer direitos de terceiros.
12. Cumprir as cláusulas constantes da declaração de consentimento do apoio financeiro celebrada com o FDCT.
13. Concorde que o FDCT tem o direito a redigir notas de comunicação, a filmar, a fotografar e a usar outras formas de registo, assim como o direito de utilização eterno e sem remuneração de todos os produtos relacionados.
14. Consentir que as informações básicas, os resumos de projectos e os resultados que podem ser publicados dos projectos candidatos serão publicados na página electrónica do FDCT e nos documentos divulgados ao público.
15. Especificar em todas as actividades promocionais, notas de imprensa e materiais publicitários em relação com o projecto, com a indicação “Com o apoio do Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia do Governo da RAEM” ou “Entidade apoiante: Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia do Governo da RAEM” e reportar ao FDCT.
16. As despesas subsidiadas pelo FDCT não podem aceitar apoio financeiro de qualquer outro programa de apoio com recurso a fundos públicos.
17. Cumprir as disposições sobre transacções entre partes relacionadas.

**XXIII. Disposições sobre Transacções entre Partes Relacionadas**

Nos termos das disposições constantes do “Guia de Fiscalização das Transacções entre Partes Relacionadas nos Procedimentos de Financiamento Público”<sup>1</sup> emitido pela Direcção dos Serviços de Finanças da RAEM, nas despesas elegíveis para financiamento, as transacções realizadas entre o candidato/beneficiário e pessoas singulares ou colectivas com as quais mantenham uma relação de afinidade (ver Anexo 1) devem ser justas e razoáveis, e os preços das transacções não devem divergir dos preços de mercado. O FDCT procederá à análise do caso concreto, avaliando a razoabilidade das justificações apresentadas pelo candidato/beneficiário para realizar a transacção com a parte relacionada, ou, com base em inquéritos de mercado. Esta avaliação servirá para determinar a razoabilidade dos preços praticados nas transacções com partes relacionadas. O beneficiário deve ainda observar as seguintes regras no que respeita às transacções entre partes relacionadas:

1. Quando, no âmbito de um processo completo de candidatura, o valor total das transacções com a mesma parte relacionada for igual ou superior a MOP100.000<sup>2</sup>, o beneficiário deve declarar ao FDCT o conteúdo da transacção, incluindo:

<sup>1</sup> [https://www.dsgap.gov.mo/sites/default/files/2024-10/001\\_DSGAP\\_AF\\_2024.pdf](https://www.dsgap.gov.mo/sites/default/files/2024-10/001_DSGAP_AF_2024.pdf)

<sup>2</sup> Cálculo do montante das transacções entre partes relacionadas abrange:

A) Transacções individuais cujo valor previsto ou efetivamente atingido seja igual ou superior a MOP 100,000.00.

B) Situações em que o requerente de financiamento ou a associação beneficiária preveja ou efetivamente realize mais de uma transacção com a mesma parte relacionada, desde que o valor acumulado previsto ou efetivamente atingido seja igual ou superior a MOP 100,000.00.



## **Região Administrativa Especial de Macau**

### **Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia**

- Nome/designação da parte relacionada e contactos.;
  - Relação entre a parte relacionada e o candidato/beneficiário.;
  - Conteúdo da transacção (data prevista ou efectiva, objecto e montante).;
  - Justificação para realizar a transacção (por exemplo: preço mais vantajoso do que o de mercado; melhores capacidades técnicas ou profissionais da parte relacionada.; titularidade de direitos exclusivos sobre os bens ou serviços prestados).
2. Caso, no momento da candidatura, já existam transacções entre partes relacionadas que preencham as condições descritas na alínea anterior, e seja possível prever a sua continuidade, o candidato deve fazer a declaração no acto da candidatura. Se as transacções ocorrerem após a aprovação do financiamento, devem ser declaradas nos relatórios mencionados no artigo 1.º, alínea (1), do Capítulo V. Em caso de alteração dos dados previamente declarados, devem ser fornecidas informações actualizadas no relatório correspondente.
  3. Ao apresentar a declaração prevista na alínea (1), o candidato/beneficiário deve anexar os documentos relativos a pedidos de orçamento efectuados a, pelo menos, dois fornecedores que não estejam relacionados, excepto nos casos em que o FDCT considere que, devido à natureza específica da despesa, não seja possível obter orçamentos de mercado.

#### **XXIV. Consequências da Violação dos Deveres**

Com excepção da força maior e das situações consideradas imputáveis aos beneficiários pelo Conselho de Administração do FDCT, caso estes violem os deveres mencionados no artigo anterior, o FDCT pode, de acordo com a natureza e a gravidade dos seus actos de violação, fazer uma ou mais decisões seguintes:

1. Não conceder o apoio financeiro.
2. Em relação às verbas concedidas mas não atribuídas, suspender a atribuição ou impor restrições adequadas ao cálculo do valor real de atribuição.
3. Cancelar, total ou parcialmente, os apoios financeiros concedidos e exigir aos beneficiários a restituição das respectivas verbas de apoio financeiro.
4. Incluir o beneficiário ou a pessoa responsável do projecto relevante na lista de pessoas ou entidades que violaram deveres, e rejeitar a sua candidatura a apoios financeiros no prazo determinado, que não excederá dois anos.

#### **XXV. Situações em que São Aplicáveis as Consequências**

1. As consequências referidas no n.º 1 do artigo anterior são designadamente aplicáveis à violação pelos beneficiários do disposto previsto do n.º 6 ao n.º 9 do artigo 22.º do presente Plano, ou no n.º 17 do mesmo artigo, se esta for considerada, pelo FDCT, de gravidade elevada..
2. As consequências referidas no n.º 2 do artigo anterior são designadamente aplicáveis à violação pelos beneficiários do disposto previsto dos n.ºs 2, 4, 5, 7, 8 ,12 e 17 do artigo 22.º do Plano e às situações que o FDCT considera que consistem em uma culpa ligeira.
3. As consequências referidas nos n.ºs 3 e 4 do artigo anterior são designadamente aplicáveis às situações seguintes:



## Região Administrativa Especial de Macau

### Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia

- (1) Violação pelos beneficiários dos deveres previstos nos n.ºs 1, 3, 9, 10, 11 e 16 do artigo 22.º do Plano.
- (2) Violação pelos beneficiários dos deveres previstos no n.º 4 do artigo 22.º do Plano, causando riscos ou prejuízos graves a participantes ou interesse público, designadamente à segurança pública ou à ordem social.
- (3) Violação pelos beneficiários do disposto previsto nos n.ºs 2, 4, 5, 7, 8, 12 e 17 do artigo 22.º do Plano e situações que o FDCT considera graves.
4. Se o relatório final do projecto for considerado não conforme aos termos das *Orientações Gerais sobre a Gestão de Projectos do Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia*, o FDCT tem o direito de aplicar as consequências referidas no n.º 4 do artigo anterior à pessoa responsável do projecto relacionada.
5. O Conselho de Administração do FDCT deve esclarecer as razões quando aplicar as consequências referidas anteriormente, assim como determinar o montante a ser devolvido no caso de cancelar parcialmente o apoio financeiro concedido.

### **XXVI. Reembolso, restituição das verbas de apoio de e cobrança coerciva**

1. Se o valor das despesas elegíveis reconhecidas pelo Conselho de Administração do FDCT for inferior ao valor do apoio financeiro concedido, o beneficiário tem de devolver toda a diferença dentro do prazo indicado, de acordo com a notificação do FDCT.
2. Se o apoio financeiro concedido não se realizar dentro do prazo previsto na decisão da concessão de apoio financeiro ou no termo de aceitação, o beneficiário tem de justificar no prazo fixado pelo FDCT, o motivo da não realização, devendo devolver as verbas de apoio financeiro recebidas.
3. Mediante requerimento fundamentado apresentado pelos beneficiários, o Conselho de Administração do FDCT pode autorizar-lhes, a título excepcional, a não devolução ou a utilização das verbas de apoio financeiro recebidas para cobrir as despesas realizadas antes da cessação, desde que sejam consideradas como razoáveis.
4. Caso os apoios financeiros concedidos sejam cancelados, total ou parcialmente, os beneficiários devem restituir as respectivas verbas de apoio financeiro conforme o prazo fixado na notificação.
5. Caso o beneficiário não restitua ou devolva as verbas de apoio financeiro dentro do prazo fixado, sem apresentação de motivo justificativo, a Direcção dos Serviços de Finanças procede à cobrança coerciva nos termos do processo de execução fiscal, servindo de título executivo a respectiva certidão emitida pelo Conselho de Administração.

### **XXVII. Responsabilidades administrativa, civil e criminal**

Caso o apoio financeiro seja obtido, mediante prestação de falsas declarações e informações ou uso de qualquer outro meio ilícito nos procedimentos relativos ao apoio financeiro, as partes assumem, nos termos da lei, as eventuais responsabilidades administrativa, civil e criminal, sem prejuízo das consequências referidas no artigo 24.º do Plano.



**Região Administrativa Especial de Macau**

**Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia**

**XXVIII. Fiscalização**

1. Compete ao FDCT fiscalizar o cumprimento do disposto no presente Plano, decisão de concessão ou termo de aceitação, nomeadamente a aplicação, por parte dos beneficiários, das verbas de apoio concedidas para os fins constantes da decisão de concessão.
2. Para o exercício da competência fiscalizadora, o FDCT tem direito a:
  - (1) Solicitar aos beneficiários as informações e a colaboração necessárias, para acompanhar os projectos investigação no local e realizar inspecção aleatória.
  - (2) Contratar uma instituição terceira com qualificação profissional para efectuar auditorias das contas das actividades ou projectos financiados.

**XXIX. Impugnação**

Os candidatos podem apresentar a impugnação em relação à decisão relevante nos termos do *Código do Procedimento Administrativo*.

**XXX. Tratamento de dados pessoais**

1. Para efeitos de execução do disposto do presente Plano, o FDCT e outros serviços ou entidades públicas pode recorrer, quando se julgue necessário, a qualquer meio de processamento e confirmação dos dados pessoais envolvidos no processo, incluindo a interconexão de dados, nos termos da Lei n.º 8/2005 (Lei da Protecção de Dados Pessoais).
2. Os dados pessoais disponibilizados no documento de candidatura destinam-se apenas ao processamento e avaliação da candidatura pelo FDCT. Devendo os candidatos dar o seu consentimento para que o FDCT transmita os dados constantes no processo de candidatura à Comissão de Consultadoria de Projectos e aos especialistas do mesmo sector para efeitos de avaliação.

**XXXI. Outras observações**

1. A participação no presente Plano implica a leitura, compreensão e aceitação, sem reservas, de todas as disposições nele previstas.
2. Todas as informações de candidatura são usadas apenas no âmbito do presente Plano. Os candidatos devem assegurar que os documentos e informações apresentadas sejam verdadeiros e exactos. Os documentos entregues não serão devolvidos.
3. Declarações falsas por parte dos candidatos resultarão na perda da elegibilidade à candidatura e implicarão outras responsabilidades legais.
4. Em caso de violação de direitos de terceiros por actos relacionados com a candidatura, os candidatos assumem inteira responsabilidade. O FDCT reserva-se o direito de accionar os meios legais.
5. Os beneficiários devem respeitar as leis da RAEM, da China Continental ou de outras jurisdições. Caso qualquer actividade ou decisão resultem na violação de leis dessas jurisdições, os beneficiários assumem plena responsabilidade civil, criminal ou administrativa.

**XXXII. Direito de Interpretação**



**Região Administrativa Especial de Macau**

**Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia**

1. O texto em língua chinesa do presente Regulamento do Plano prevalece sobre quaisquer versões noutras línguas.
2. Os assuntos não previstos no presente Regulamento do Plano são regidos pelo Regime de Apoios Financeiros Públicos da Região Administrativa Especial de Macau, pelos Estatutos do Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia, pelo Regulamento da Concessão de Subsídios do Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia, pelas Instruções para a Verificação das Actividades ou Projectos Subsidiados e pelas Instruções sobre a Fiscalização de Transacções com Partes Relacionadas nos Procedimentos de Apoios Financeiros Públicos, emitidas pela Direcção dos Serviços de Finanças e de Bens Públicos da RAEM, bem como por outras regras ou instruções relevantes de concessão de subsídios do Fundo e pelo Acordo de Concessão de Subsídio assinado após a aprovação.
3. O FDCT reserva-se o direito exclusivo de interpretação e decisão final sobre o presente Regulamento do Plano.





Região Administrativa Especial de Macau

Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia

Anexo: Âmbito das Partes Relacionadas nas Transacções com Partes Relacionadas

1. Quando o candidato/beneficiário for uma instituição de ensino superior ou outra entidade sem fins lucrativos, consideram-se partes relacionadas as seguintes:
1.1 O reitor/chanceler/presidente do conselho/director-geral/presidente do conselho fiscal/secretário-geral ou pessoa que exerça função equivalente na instituição de ensino superior ou entidade sem fins lucrativos candidata ou beneficiária.
1.2 O vice-reitor/vice-chanceler/vice-presidente do conselho/vice-director-geral/vice-presidente do conselho fiscal/vice-secretário-geral ou pessoa em cargo equivalente na instituição referida, excepto quando estes não participem directamente no processo de aquisição da transacção em causa.
1.3 Caso as pessoas referidas nas alíneas 1.1 e 1.2 exerçam quaisquer das referidas funções noutra instituição de ensino superior ou entidade sem fins lucrativos, ou sejam empresários comerciais em nome individual, ou ainda detentores do controlo acionista ou membros dos órgãos de gestão de outra sociedade, considera-se que tal instituição, entidade, empresa ou sociedade é parte relacionada da instituição candidata ou beneficiária. <b>Excetuam-se os casos referidos na alínea 1.2 em que os indivíduos não participem directamente no processo de aquisição da transacção.</b>
1.4 Se os cônjuges, filhos, pais, irmãos, sogros, cunhados ou pessoas em união de facto com os indivíduos referidos nas alíneas 1.1 e 1.2 exercerem quaisquer das funções aí mencionadas noutra instituição de ensino superior ou entidade sem fins lucrativos, forem empresários comerciais em nome individual noutra empresa, ou detiverem o controlo accionista ou exercerem funções nos órgãos de gestão de outra sociedade, essa instituição, entidade, empresa ou sociedade será considerada parte relacionada da instituição de ensino superior ou entidade sem fins lucrativos candidata ou beneficiária. Exceptuam-se os casos referidos na alínea 1.2 em que os indivíduos não participem directamente no processo de aquisição da transacção.
2. Quando o candidato/beneficiário for um empresário comercial ou uma empresa comercial, consideram-se partes relacionadas as seguintes:
2.1 Os accionistas de controlo (incluindo pessoas singulares e colectivas, nomeadamente a sua sociedade-mãe) e os membros dos órgãos de gestão da empresa



**Região Administrativa Especial de Macau**

**Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia**

candidata ou beneficiária, bem como os respectivos cônjuges, filhos, pais, irmãos, sogros, cunhados e pessoas em união de facto.

2.2 As empresas nas quais a empresa candidata ou beneficiária detenha posição de accionista de controlo, nomeadamente as suas subsidiárias, são igualmente consideradas partes relacionadas.

2.3 As empresas comerciais em nome individual detidas pelas pessoas referidas na alínea 2.1.

2.4 As empresas em que as pessoas referidas na alínea 2.1 detenham o controlo accionista ou exerçam funções nos órgãos de gestão são também consideradas partes relacionadas.

\* O termo “accionista de controlo” mencionado na presente tabela refere-se à pessoa singular ou colectiva que, individualmente, detenha a maioria do capital social de uma empresa, ou que, conjuntamente com outras empresas também consideradas accionistas de controlo, ou com outros accionistas relacionados através de um acordo parassocietário, detenha a maioria do capital social da empresa, ou ainda que detenha mais de metade dos direitos de voto, ou possua o poder de eleger a maioria dos membros dos órgãos de gestão da sociedade.

# O termo “empresa” mencionado na presente tabela refere-se a empresas constituídas na Região Administrativa Especial de Macau ou fora dela, bem como a outras formas de empresas comerciais estabelecidas fora da Região Administrativa Especial de Macau.